



PODER JUDICIÁRIO FEDERAL  
Justiça do Trabalho - 2ª Região

**XXI CONCURSO PÚBLICO PARA INGRESSO NA MAGISTRATURA DO  
TRABALHO DA 2ª REGIÃO**

**1ª Prova - CONHECIMENTOS GERAIS - 2ª Etapa - 20.OUT.96**

PROVA DE DIREITO DO TRABALHO, DIREITO PROCESSUAL CIVIL, DIREITO PROCESSUAL DO TRABALHO, DIREITO PREVIDENCIÁRIO, DIREITO CONSTITUCIONAL, DIREITO ADMINISTRATIVO, DIREITO PENAL, DIREITO INTERNACIONAL, DIREITO CIVIL ( LEI DE INTRODUÇÃO, PARTE GERAL E OBRIGAÇÕES) E DIREITO COMERCIAL.

**INSTRUÇÕES**

1. Verifique se este caderno de prova contém 50 (cinquenta) questões.
2. Cada questão possui apenas uma alternativa correta.
3. Use somente caneta esferográfica azul ou preta.
4. Os fiscais não darão qualquer esclarecimento sobre as questões formuladas. A compreensão destas é encargo do candidato.
5. São proibidas quaisquer consultas.
6. Não rubrique, nem rasure a Folha de Resposta, do contrário será anulada a prova.
7. É proibido o uso de corretivos.

**DURAÇÃO DA PROVA: 04 HORAS  
BOA SORTE.**

**COMISSÃO DO CONCURSO**

Juiz CARLOS ORLANDO GOMES - Presidente  
Juiz DECIO SEBASTIÃO DAIDONE  
Dr. CÁSSIO MESQUITA BARROS JUNIOR - Membro da OAB

**COMISSÃO EXAMINADORA**

Juiz FRANCISCO ANTONIO DE OLIVEIRA - Presidente  
Juiz CARLOS ROBERTO HUSEK  
Dr. ANTONIO CARLOS VIANA DE BARROS-Membro da OAB

**OBS.:** O gabarito desta prova será publicado no dia 22 de outubro de 1996, no Diário Oficial do Estado de São Paulo, Poder Judiciário, Caderno I , Parte II .



**COMISSÃO DE CONCURSO PARA MAGISTRATURA**



JUSTIÇA DO TRABALHO

### PROCESSO DO TRABALHO

51. Execução. Agravo de petição. Agravante invoca a prescrição quinquenal sob a alegação de que a sentença exequenda deixou de aplicar a prescrição de ofício nos termos da Constituição.
- a) inoportuna a discussão.
  - b) a discussão somente poderia ser feita por ocasião de liquidação de sentença.
  - c) em sendo a prescrição de ordem pública e cânone constitucional, poderá ser invocada pela parte nas instâncias ordinárias.
  - d) em sendo a prescrição de ordem pública e cânone constitucional, poderá ser invocada pela parte nas instâncias ordinárias ou de ofício pelo juízo a qualquer momento.
52. Deferido e publicado protesto contra alienação de bens, dada publicidade a terceiros, o devedor alienou grande parte dos seus bens e os que restaram não são suficientes para garantir dívida a que se obrigara anteriormente. Indicar alternativa correta.
- a) a alienação é ineficaz.
  - b) a alienação é nula.
  - c) a alienação é anulável.
  - d) a alienação se traduz no direito de propriedade.
53. Substituição processual. Legitimidade preferencial.
- a) Confederação, Federação e Sindicato, obedecida esta ordem de preferência.
  - b) Confederação, Federação e Sindicato, não havendo obediência à ordem de preferência.
  - c) Sindicato prefere à Federação e à Confederação
  - d) Federação prefere ao Sindicato.
54. Trabalhador contratado no Brasil para serviço no exterior. Em caso de ajuizamento de ação no Brasil, a citação será feita
- a) através de carta rogatória.
  - b) através de procurador da empresa o qual tem poderes para receber citação
  - c) através de via postal.
  - d) através de correspondência, via embaixada.
55. Poder Público. Preposto. Poderes para fazer acordo.
- a) a coisa pública é indisponível.
  - b) o preposto poderá fazer acordo se julgá-lo não prejudicial ao ente público.
  - c) o acordo poderá ser feito de forma limitada em se tratando da União Federal e de forma ilimitada em se tratando de Municípios.
  - d) o acordo poderá ser feito de forma limitada em se tratando da União Federal, suas autarquias, fundações e empresas públicas federais.

56. Princípio da oralidade no processo do trabalho. Elementos caracterizadores.



- b) identidade física do juiz, concentração, irrecorribilidade das interlocutórias.
  - c) concentração e irrecorribilidade das interlocutórias.
  - d) contraditório, devido processo legal e irrecorribilidade das interlocutórias.
57. Ação rescisória em que está envolvido o menor de 18 anos. Prazo.
- a) corre normalmente.
  - b) não corre enquanto o menor não atingir 18 anos.
  - c) poderá ser suspenso através de protesto judicial.
  - d) não corre para o menor de 21 anos.
58. Juízo de primeiro grau prolatou sentença que foi, posteriormente, modificada através de embargos declaratórios. Interposto recurso ordinário, o Regional cassou a sentença ao mesmo tempo em que restabeleceu a decisão anterior sem as modificações impostas pelos embargos declaratórios. Indicar alternativa correta.
- a) correto o procedimento já que o Regional pode conhecer de todas as questões prequestionadas.
  - b) correto o procedimento já que o Regional pode conhecer de todas as questões ainda que não prequestionadas.
  - c) incorreto o procedimento já que bastaria o restabelecimento da decisão anterior para sanar a irregularidade.
  - d) correta a cassação e incorreto o restabelecimento da decisão anterior.
59. No julgamento de recurso contra ato do relator ocorreu o empate. Indicar alternativa correta.
- a) prevalece a decisão recorrida.
  - b) designar-se-á novo julgamento para 30 dias.
  - c) será convocado juiz desempatador.
  - d) não prevalece a decisão recorrida.
60. Penhorado bem pelo juízo deprecado, a parte apresenta embargos à execução onde impugna o valor da avaliação e alega excesso de execução “com vistas ao bem penhorado”. Competência para o julgamento dos embargos:
- a) os embargos serão apreciados pelo juízo deprecado sempre que este tenha a iniciativa da penhora sobre qualquer bem.
  - b) os embargos, em sede trabalhista, serão julgados pelo juízo deprecante funcionando o deprecado como mero instrumento.
  - c) em invocando a parte o excesso de execução, a competência é do juízo deprecante.
  - d) neste caso, mesmo tendo invocado o excesso de execução, os embargos deverão ser apreciados pelo juízo deprecado.
61. Incidente de Falsidade. Argüição em recurso de revista não processado, pendente agravo de instrumento para o TST. Indique o procedimento correto.
- a) Presidente do Tribunal resolverá o incidente.
  - b) o relator do recurso ordinário, objeto da revista, será o competente para instruir e julgar o incidente.
  - c) se o agravo for provido para a subida da revista, o relator da revista será o competente.
  - d) a competência é do colegiado que apreciou o recurso ordinário, objeto da revista, para instruir e julgar o incidente.



JUSTIÇA DO TRABALHO

62. Levado o bem à praça, foi arrematado. O executado interpôs embargos os quais foram rejeitados por intempestivos. Indicar remédio processual cabível sabendo que houve ilegalidade na arrematação e perdeu o prazo para agravar de petição.
- a) agravo de instrumento.
  - b) ação rescisória.
  - c) ação anulatória.
  - d) agravo regimental.

### PROCESSO CIVIL

63. Mandado de segurança. Qual o tipo de ação configurado quando impetrado contra ato de juiz criminal?
- a) ação civil de rito sumário.
  - b) ação constitucional.
  - c) ação penal de rito sumário.
  - d) ação mandamental penal de rito sumário.
64. Prazo. Quando a lei não marcar outro prazo, as intimações somente obrigarão a comparecimento depois de decorridos
- a) 5 dias.
  - b) 72 horas.
  - c) 24 horas.
  - d) 48 horas.
65. Revelia: prestação de contas. Julgamento em primeira fase em que o réu foi revel. Pergunta-se: o réu será intimado? Em caso positivo, qual o prazo que terá para a prestação de contas?
- a) não será intimado e o prazo de 5 dias correrá à sua revelia.
  - b) será intimado e terá o prazo de 48 horas, pena de o autor apresentar contas.
  - c) será intimado e terá o prazo de 5 dias, pena de o autor apresentar contas.
  - d) não será intimado, mas poderá vir ao processo desde que o faça no período de 30 dias, pena de o autor apresentar contas.
66. Beneficiário de assistência gratuita. Sucumbente, o beneficiário foi condenado a pagar à parte vencedora despesas do processo e honorários advocatícios.
- a) beneficiário de assistência gratuita não pode ser condenado.
  - b) beneficiário poderá ser condenado prescrevendo a dívida em cinco (05) anos.
  - c) beneficiário só poderá ser condenado se à época da prolação da sentença restar provado que perdera a condição de necessitado.
  - d) beneficiário será responsabilizado a qualquer momento pelas despesas processuais e honorários, ainda que não haja condenação, desde que provada a perda da condição de necessitado.
67. Ministério Público retira os autos e não os devolve no prazo legal. Conseqüências, sabendo-se que o fez na qualidade de "custos legis".



- a) nenhuma, já que ao Ministério Público não se aplica o rigor do prazo quando na qualidade de “custos legis”.
  - b) o juiz mandará riscar o que neles houver escrito.
  - c) o juiz mandará riscar o que neles houver escrito, desentranhar as alegações e documentos que apresentar.
  - d) o juiz mandará riscar o que neles houver escrito e desentranhar as alegações.
68. O artigo 511, com a nova redação dada pela Lei 8.953 , de 13.12.94, que entrou em vigor 60 dias após, estabeleceu a regra do preparo. A sentença fora prolatada antes e o recurso fora impetrado quando já vigente a lei. Indicar alternativa correta sabendo que o preparo e o porte de retorno foram feitos 48 horas após a interposição do recurso.
- a) as regras são aquelas vigentes à época da impetração do recurso.
  - b) as regras são fixadas na data da prolação da sentença.
  - c) a discussão seria meramente acadêmica pois se cuida de vício sanável que deve ser relevado pelo juiz.
  - d) as regras vigentes até final do processo são aquelas da data do ajuizamento da ação, pena de malferir-se o direito adquirido.
69. A confissão judicial poderá ser
- a) real ou ficta.
  - b) real, tácita, ficta ou implícita.
  - c) espontânea ou provocada.
  - d) simples e pura ou complexa e qualificada.
70. País recusa o cumprimento de carta precatória citatória.
- a) a citação será feita através de carta registrada.
  - b) a citação será feita através da Embaixada do Brasil no local, mediante o envio de funcionário.
  - c) a citação será feita através da Embaixada ou Consulado do Brasil no local, mediante o envio de funcionário.
  - d) a citação será feita através de edital publicado no Brasil.
71. Terceiro não interessado efetua o pagamento de dívida. Conseqüências e/ou providências para que possa satisfazer o seu direito de crédito.
- a) promoverá a execução uma vez que se sub-roga em todos os direitos do credor.
  - b) promoverá o seu direito através de vias ordinárias uma vez que não se lhe transmitem os direitos, ações e garantias do credor satisfeito.
  - c) promoverá o seu direito através de vias ordinárias uma vez que se lhe transmitem os direitos, ações e garantias do credor satisfeito, podendo usar da ação monitória.
  - d) poderá usar da ação de repetição.
72. Recurso Extraordinário. Cabimento, havendo tema constitucional mas inexistindo alçada.
- a) não tem cabimento.
  - b) tem cabimento, sendo pressuposto discussão do tema pelas instâncias inferiores.
  - c) tem cabimento direto contra a decisão do juízo de primeiro grau.
  - d) tem cabimento desde que esgotada a instância ordinária, mediante embargos



73. Processo. As partes acordaram suspender o processo para tentar a autocomposição. Qual o prazo para o sobrestamento?
- a) o prazo não poderá exceder de 6 meses.
  - b) inexistente prazo uma vez que a autocomposição é um dos modos de extinção da lide.
  - c) o prazo não poderá exceder de 1 ano.
  - d) o prazo será aquele arbitrado pelo juiz do feito que não poderá ser inferior a 30 nem superior a 120 dias.
74. Foi noticiado nos autos na fase recursal que o titular da ação havia falecido. Antes de colocar o processo em pauta para o julgamento do recurso, o relator determinou ao advogado que sanasse a irregularidade carreando aos autos os documentos necessários para proceder-se a habilitação incidente. Conseqüências, sabendo que a parte não cumpriu a determinação.
- a) suspensão do processo.
  - b) o processo será julgado e suspenso após a publicação do acórdão.
  - c) o processo não será julgado e será remetido ao primeiro grau onde a parte deverá sanar a irregularidade em tempo hábil pena de incorrer na prescrição da execução.
  - d) extinção do processo com o julgamento do mérito uma vez que o ato de recusa significa a renúncia.

### DIREITO DO TRABALHO

75. Trabalho noturno. Adicional de
- a) 30%.
  - b) 20%.
  - c) 40%.
  - d) 10%.
76. Força Maior. Interrupção do trabalho permite a prorrogação por período não superior anualmente a
- a) 30 dias.
  - b) 90 dias com autorização da autoridade competente.
  - c) 45 dias com autorização da autoridade competente.
  - d) 60 dias a critério do empregador.
77. Trabalhador rural. Trabalho intermitente. Contagem como de efetivo exercício.
- a) todo o período trabalhado ou à disposição do empregador é contado para todo efeito legal.
  - b) em sendo o serviço de características de intermitência, não serão contados os intervalos entre uma e outra parte da execução se a tanto der o trabalhador a sua concordância.
  - c) os intervalos entre uma parte e outra da execução diária não são contados para nenhum efeito.
  - d) em sendo o serviço de características de intermitência, não serão contados os intervalos entre uma e outra parte da execução desde que tal hipótese esteja expressamente ressalvada na "CTPS".



- 78. Jornada de trabalho. Motorista bancário.**
- a) pertence a categoria diferenciada e não tem direito à jornada reduzida.
  - b) tem direito à jornada reduzida e não pertence a categoria diferenciada.
  - c) não pertence a categoria diferenciada e não tem direito a jornada reduzida.
  - d) pertence a categoria diferenciada e tem direito a jornada reduzida.
- 79. Vigia e vigilante de estabelecimento bancário.**
- a) são termos sinônimos e ambos são bancários com jornada reduzida.
  - b) ambos não são bancários desenvolvendo jornada normal.
  - c) o vigia é bancário e o vigilante não é bancário. Ambos não se beneficiam da jornada reduzida.
  - d) o vigia é bancário e pertence à categoria diferenciada, o vigilante não é bancário e ambos não possuem jornada reduzida.
- 80. Sindicato. Estabilidade provisória e, em sendo o caso, eleição e posse. Garantia do direito. Providência do sindicato.**
- a) comunicar à empresa dentro de 72 horas.
  - b) comunicar à empresa dentro de 48 horas.
  - c) comunicar à empresa dentro de 24 horas.
  - d) fará publicar por três dias consecutivos no órgão oficial para dar publicidade a todas as empresas abrangidas pela categoria econômica.
- 81. Supressão de horas extras prestadas com habitualidade durante pelo menos um ano. Conseqüências.**
- a) integração da média na remuneração para todos os efeitos.
  - b) nenhuma conseqüência.
  - c) indenização correspondente a um mês das horas extras suprimidas para cada ano, observada a média dos últimos doze meses.
  - d) indenização correspondente a um mês das horas extras suprimidas para cada ano ou fração igual ou superior a seis meses, observada a média das horas suplementares trabalhadas nos últimos doze meses, levando em conta o valor das horas extras no momento da supressão.
- 82. Vale-Transporte. Hipótese em que a despesa do empregado com deslocamento for inferior a 6% dos seus vencimentos.**
- a) correrá a ônus do empregador.
  - b) correrá a ônus do empregado.
  - c) correrá a ônus do empregado, podendo entretanto optar pelo recebimento antecipado do vale-transporte cujo valor lhe será descontado no final do mês.
  - d) nessa hipótese o valor será antecipado pelo empregador em numerário, com possibilidade de desconto no final do mês.
- 83. Férias. Em virtude de paralisação parcial dos trabalhos, o empregado permaneceu parado à disposição do empregador por 31 dias, recebendo salários normalmente. Conseqüências.**
- a) não tem direito às férias iniciando-se novo período aquisitivo.
  - b) tem direito às férias contando-se o período que permaneceu sem trabalhar, já que



- c) não teria direito às férias se permanecesse afastado por mais de três meses consecutivos, recebendo salários.
- d) não teria direito às férias se permanecesse afastado por período superior a seis meses consecutivos ou descontínuos, recebendo salários.
84. Salário família. O empregado comprova em juízo através de certidões de nascimento a existência de filhos menores. Sabe-se que a ação foi ajuizada após a rescisão do contrato, que o empregador somente tomou conhecimento das certidões nessa oportunidade.
- a) tem direito ao benefício desde o início do contrato.
- b) tem direito ao benefício, respeitada a prescrição.
- c) tem direito ao benefício integral posto que contra menores não há preclusão.
- d) não tem direito ao benefício.
85. Falta grave. Abandono de emprego. Conseqüências, quando o trabalhador está cumprindo aviso prévio concedido pelo empregador.
- a) desobriga o empregador do pagamento de verbas rescisórias, inclusive da liberação do FGTS.
- b) libera o empregador do pagamento do restante do aviso prévio, da indenização e não será liberado o FGTS.
- c) perde o empregado o restante do aviso prévio.
- d) o trabalhador perde o restante do aviso prévio e ainda deverá indenizar o empregador pela parte não trabalhada.
86. Portuário. Trabalhador durante todo o tempo percebeu adicionais de risco e de produtividade. Base para cálculos de horas extraordinárias.
- a) salário normal mais adicional de risco.
- b) salário normal.
- c) salário normal mais adicional de produtividade.
- d) salário normal mais adicionais de risco e de produtividade.

### DIREITO CIVIL

87. Da obrigação indivisível em havendo vários devedores. Conseqüências em caso de ação ajuizada pelo credor.
- a) cada devedor somente se obriga pela sua parte na dívida.
- b) cada devedor será obrigado a pagar a dívida toda, sem direito de regresso.
- c) o devedor acionado deve pedir o chamamento ao processo dos demais devedores para que possa exercer direito regressivo, se for o caso.
- d) o devedor que pagar a dívida sub-roga-se no direito do credor em relação aos outros coobrigados.
88. Em havendo vários credores, um deles remitiu a dívida. Quais as conseqüências sabendo ser a dívida indivisível.
- a) remitida a dívida fica extinta a obrigação por inteiro.
- b) a remissão só extingue a parte do credor remitente.
- c) o credor remitente fica responsável pela dívida perante os demais credores.



d) a remissão isolada de um credor não pode extinguir a dívida parcial ou totalmente. É de nenhum efeito, pois.

89. Credores solidários de devedor comum. Um dos credores aciona o devedor comum. Conseqüências:

- a) a dívida somente poderá ser paga ao demandante, extinguindo-a.
- b) o credor somente poderá demandar a sua parte, extinguindo-se parcialmente a dívida.
- c) obrigatório o litisconsorte ativo.
- d) a solidariedade ativa somente tem lugar em caso de perdas e danos.

### DIREITO COMERCIAL

90. Indique a alternativa incorreta.

- a) toda sociedade anônima é constituída de Assembléia Geral e Diretoria, mas as autorizadas precisam do Conselho de Administração.
- b) na formação do capital social, todos aqueles que contribuírem com um bem, sujeito à avaliação, deverão em assembléia votar no laudo avaliado pelo perito.
- c) a hipótese explicitada na letra anterior é correta quando se tratar de bens em condomínio de todos os subscritores indistintamente.
- d) sob o aspecto da responsabilidade é possível comparar o acionista que oferece bem àquele que o aliena na vida civil ou comercial.

91. Indique a alternativa correta.

- a) credores que possuem seus créditos anteriormente à declaração de falência tornam-se credores da massa.
- b) credores cujos créditos foram constituídos após a declaração de falência são credores do falido.
- c) os encargos da massa se situam entre aqueles mencionados na letra "a".
- d) as dívidas da massa são aquelas constituídas diretamente com o síndico.

### DIREITO ADMINISTRATIVO

92. Somente uma das afirmações abaixo está correta.

- a) basta um ato administrativo ser considerado discricionário para esquivar-se ao exame do Judiciário.
- b) o ato administrativo discricionário é aquele que a Administração goza de uma margem de apreciação própria, mas o Poder Judiciário pode anular tal ato se praticado fora do quadro de motivos que ditam o seu exercício.
- c) caso particulares tenham que investir contra regulamentos e resoluções que lhes tragam prejuízos, haverão de fazê-lo ensejando um ataque frontal ao ato e requerendo a sua anulação.
- d) quando no caso da hipótese anterior o Judiciário reconhecer a ilegalidade ou inconstitucionalidade do ato, tal decisão terá o condão de expungir o malfadado ato do Ordenamento Jurídico.

93. Dentre as alternativas abaixo uma está incorreta.



JUSTIÇA DO TRABALHO

- a) para considerar válido o ato administrativo é necessário que seja editado por autoridade competente, tenha objeto lícito e possível, forma prevista em lei e justificativa por parte do agente da situação que o autorizou.
- b) quando o agente busca um fim alheio ao interesse público o ato administrativo sofre de vício que causa a sua nulidade.
- c) o aspecto da legalidade do ato administrativo é suscetível de revisão pelo Poder Judiciário que poderá no exercício do controle jurisdicional apreciar a utilidade do procedimento.
- d) por legalidade do ato administrativo entende-se a conformação do ato à lei, bem como à moral administrativa e ao interesse coletivo.

### DIREITO PREVIDENCIÁRIO

94. Em relação à família e à Previdência Social é possível dizer:
- a) a família é considerada qualquer comunidade, mesmo a composta por um dos pais e seus descendentes.
  - b) na família vem considerado o companheiro ou companheira que mantenha união, ainda que provisória, com segurado ou segurada.
  - c) somente os filhos havidos de qualquer relação e os adotivos, nos termos da C. Federal é que são beneficiários segurados da Previdência.
  - d) pela lei da Previdência Social, o homem não está incluído como dependente da mulher segurada.
95. O aposentado por invalidez deverá submeter-se a exame médico, pena de suspensão do benefício.
- a) sempre que a Previdência exigir.
  - b) trimestralmente durante cinco anos.
  - c) periodicamente enquanto não completar 55 anos.
  - d) periodicamente enquanto não completar 60 anos.

### DIREITO CONSTITUCIONAL

96. Servidor estável tem a sua demissão invalidada por decisão judicial. Conseqüências, sabendo que já havia outro servidor público em seu lugar.
- a) será ele reintegrado e o eventual ocupante da vaga reconduzido ao cargo de origem, sem direito à indenização.
  - b) será ele reintegrado e o eventual ocupante da vaga reconduzido ao cargo de origem, com direito a indenização.
  - c) ficará o ocupante em disponibilidade até poder ser reconduzido ao cargo de origem.
  - d) será ele reconduzido e o eventual ocupante da vaga ficará em disponibilidade até poder ser reconduzido a cargo idêntico.
97. Licença paternidade. Abrangência.
- a) celetistas.
  - b) servidores públicos.
  - c) celetistas e servidores públicos.



### DIREITO PENAL

98. Proprietário de determinado imóvel alugou-o através de imobiliária. O inquilino vem atrasando o pagamento do aluguel. Com o objetivo de forçar a saída do inquilino, o proprietário passou a danificar o imóvel. A atitude do proprietário é ou não criminosa?
- a) o proprietário não comete nenhum crime mas pratica autodefesa.
  - b) pratica o crime de dano de coisa própria em poder de terceiro.
  - c) pratica o crime de exercício arbitrário das próprias razões.
  - d) pratica o crime de exercício arbitrário ou abuso de poder.

### DIREITO INTERNACIONAL

99. Dentre as alternativas abaixo apenas uma é incorreta.
- a) o cônsul só tem atuação no distrito consular enquanto o agente diplomático atua em todo território.
  - b) os agentes diplomáticos tratam de assuntos políticos; os agentes consulares, não.
  - c) no Brasil não existe uma carreira específica para os agentes consulares.
  - d) o relacionamento externo do Estado é exercido pelo chefe do Estado, pelo chanceler e pelo chefe de Governo.
100. Em matéria de tratados podemos dizer.
- a) tem vigência apenas entre as partes (pacta sunt servanda) embora possam eventualmente prejudicar ou favorecer terceiros.
  - b) o Congresso Nacional, por não ser órgão reconhecido pelos demais países da sociedade internacional, não intervém no aperfeiçoamento dos tratados.
  - c) adesão e ratificação tem igual natureza e efeitos que a assinatura em um tratado.
  - d) tratado para a Convenção de Viena de 1969 e de acordo com a prática internacional pode ser realizado verbalmente ou por escrito.